

Sumário

<i>Introdução</i>	21
-------------------------	----

EIXO 1

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	23
1.1. Os direitos humanos na antiguidade.....	23
1.2. Os direitos humanos na idade média.....	24
1.3. Os direitos humanos na idade moderna.....	25
1.4. Era contemporânea e o estado liberal na promoção dos direitos humanos.....	25
2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	26
3. FUNDAMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS.....	28
4. EFICÁCIA DOS DIREITOS HUMANOS	30
5. CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	31
5.1. Classificação quanto à finalidade dos direitos humanos	31
6. DIREITOS HUMANOS EM RELAÇÃO ÀS FUNÇÕES.....	32
7. DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS	33
8. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	35
9. INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	40
9.1. Precedentes à internacionalização dos direitos humanos	40
10. CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	42
11. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	48
11.1. Vigência e eficácia dos direitos civis e políticos.....	50
11.2. Vigência e eficácia dos direitos econômicos, sociais e culturais e dos demais direitos	50
12. INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	51

12.1.	Hierarquia normativa dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro	54
12.2.	<i>Status</i> de norma supralegal – Supremo Tribunal Federal.....	56
12.3.	Conflito entre os tratados internacionais e as normas internas.....	57
13.	OS GRUPOS DE VULNERÁVEIS E AS MINORIAS	59
13.1.	Direitos humanos das mulheres.....	61
13.2.	Direitos humanos dos idosos	67
13.3.	Direitos humanos das crianças e adolescentes.....	70
13.3.1.	A Lei n.º 13.010/2014, Conhecida como Lei Menino Bernardo.....	72
13.4.	Direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais	74
13.5.	Direitos humanos das pessoas com deficiência	76
13.6.	Direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, intersexuais e assexuais (comunidade LGBTQIA+).....	79
13.7.	Direitos humanos dos refugiados	84
13.7.1.	Os migrantes	85
13.8.	Direitos humanos dos consumidores.....	86
13.9.	Direitos humanos das pessoas em situação de rua.....	86
14.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

EIXO 2

1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	91
2.	SISTEMA INTERNACIONAL DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. SISTEMA INTERAMERICANO.....	92
3.	DECLARAÇÃO AMERICANA DOS DIREITOS E DEVERES DO HOMEM (APROVADA NA NONA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA, BOGOTÁ, 1948)	103
4.	CONVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO	104
5.	CARTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS: DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948), PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP – 1966), PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC – 1966) E PROTOCOLOS FACULTATIVOS; TRATADOS, PACTOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS FIRMADOS E INCORPORADOS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
----------------------------------	-----

EIXO 3

1. CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951)	115
1.1. Protocolo adicional (1967) promulgado no Brasil pelo Decreto nº 50.215/1961	117
1.2. A lei brasileira sobre o refúgio Lei nº 9.474/1997	119
1.2.1. Princípios e direitos.....	120
1.2.2. Comitê nacional para os refugiados (CONARE).....	120
2. A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (1966)	122
2.1. Definição de discriminação racial	123
2.2. Obrigação dos estados partes	124
2.3. Promoção da igualdade.....	124
2.4. Comitê para eliminação da discriminação racial (CERD).....	124
3. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA (1969).....	126
3.1. Proteção regional dos direitos humanos.....	128
4. CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI (1979)	129
5. AS REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DOS PRESOS	132
6. REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK).....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

EIXO 3-A

1. CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS – “PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA” (1969)	143
1.1. Primeira Seção.....	143
1.1.1. Introdução ao Pacto de São José.....	143
1.1.2. Estrutura e principais previsões	143
1.1.3. Obrigação de respeitar os direitos.....	144

1.1.4.	Dever de adotar disposições de direito interno e direito ao reconhecimento da personalidade jurídica.....	144
1.1.5.	Direito à integridade pessoal	144
1.1.6.	Proibição da escravidão e da servidão	145
1.1.7.	Direito à liberdade pessoal.....	146
1.1.8.	Garantias judiciais	146
1.1.9.	Princípio da presunção de inocência.....	147
1.1.10.	Princípio da legalidade e da retroatividade.....	148
1.1.11.	Direito a indenização	148
1.1.12.	Proteção da honra e da dignidade.....	148
1.1.13.	liberdade de consciência e de religião	148
1.1.14.	Liberdade de pensamento e de expressão	149
1.1.15.	Direito de reunião e associação	150
1.1.16.	Direito à nacionalidade e direito ao nome	150
1.1.17.	Direito à propriedade privada	150
1.1.18.	Direito de circulação e de residência	150
1.1.19.	Direitos políticos	151
1.1.20.	Igualdade perante a lei.....	152
1.1.21.	Suspensão de garantias	152
1.1.22.	Normas de interpretação	152
1.1.23.	Alcance das restrições.....	153
1.1.24.	Correlação entre deveres e direitos	153
1.2.	Segunda Seção	153
1.2.1.	Órgãos competentes.....	153
1.2.2.	Comissão interamericana de direitos humanos.....	154
1.2.3.	Funções da comissão interamericana de direitos humanos	154
1.2.4.	Da apresentação de petição a comissão interamericana de direitos humanos	155
1.2.5.	Corte interamericana de direitos humanos	156
1.2.6.	Do peticionamento a corte interamericana de direitos humanos.....	158
1.2.7.	Da sentença da corte interamericana de direitos humanos.	158
1.2.8.	Reserva.....	160
1.2.9.	Impacto e implementação.....	160
2.	CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI	160

2.1.	Introdução ao tema.....	160
2.2.	Estrutura e princípios do código.....	161
2.3.	Preâmbulo.....	161
2.4.	Importância prática e teórica.....	163
2.5.	Conclusão.....	163
3.	REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DOS PRESOS.....	163
3.1.	Princípios básicos.....	164
3.2.	Não discriminação.....	164
3.3.	Não agravamento desnecessária da pena.....	165
3.4.	Objetivos da pena.....	165
3.5.	Registros dos reclusos.....	165
3.6.	Separação de categorias.....	166
3.7.	Alojamento.....	166
3.8.	Alimentação e água.....	167
3.9.	Exercício e desporto.....	168
3.10.	Saúde.....	168
3.11.	Disciplina e sanções.....	169
3.12.	Informações e direito de reclamação dos reclusos.....	169
3.13.	Direito a contato com o mundo exterior.....	170
3.14.	Biblioteca.....	170
3.15.	Religião.....	171
3.16.	Capacitação e trabalho.....	171
3.17.	Implementação e desafios.....	173
3.18.	Conclusão.....	173

EIXO 4

1.	DECLARAÇÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE JUSTIÇA RELATIVOS ÀS VÍTIMAS DA CRIMINALIDADE E DE ABUSO DE PODER (1985).....	175
2.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E REPRIMIR A TORTURA (1985).....	179
3.	DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES, CHINA, 1995).....	182
3.1.	Introdução.....	183
3.2.	Objetivos estratégicos e ações.....	185

3.2.1.	Mulher e pobreza.....	185
3.2.2.	Educação e treinamento da mulher	186
3.2.3.	Mulher e a saúde.....	186
3.2.4.	Violência contra a mulher	187
3.2.5.	Mulher e os conflitos armados	188
3.2.6.	Mulher e a economia	189
3.2.7.	Mulher no poder e na tomada de decisões	189
3.2.8.	Mecanismos institucionais para o avanço da mulher.....	190
3.2.9.	Os direitos humanos da mulher	190
3.2.10.	Mulher e os meios de comunicação.....	191
3.2.11.	Mulher e o meio ambiente	192
3.2.12.	A menina	192
4.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (1996).....	195
5.	DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO E A RESPONSABILIDADE DOS INDIVÍDUOS, GRUPOS OU ÓRGÃOS DA SOCIEDADE DE PROMOVER E PROTEGER OS DIREITOS HUMANOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS UNIVERSALMENTE RECONHECIDOS (DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS) (RESOLUÇÃO 53/144 DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1998).....	198
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

EIXO 5

1.	ESTATUTO DE ROMA E O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (DECRETO Nº 4.388/2002).....	203
1.1.	Introdução.....	203
1.2.	Precedentes históricos do Tribunal Penal Internacional	204
1.3.	Jurisdição e responsabilidade do Tribunal Penal Internacional	205
1.4.	Competência do Tribunal Penal Internacional.....	206
1.5.	Composição do Tribunal Penal Internacional	207
1.6.	Penas aplicáveis	208
1.7.	Procedimento do Tribunal Penal Internacional.....	209
1.8.	Discussões relevantes acerca do TPI e o Brasil	210
1.9.	Protocolo de prevenção, supressão e punição do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças (Decreto 5.017/2004).	211
2.	PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA (INDONÉSIA, 2006).....	213

3. III PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3): RE-FLEXOS NO ÂMBITO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	216
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219

EIXO 6

1. CONVENÇÃO Nº 29 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO CONCERNENTE AO TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO (DECRETO Nº 10.088/2019).....	221
1.1. Origens e contexto	222
1.2. Definição e abrangência.....	223
1.3. Elementos essenciais.....	223
1.4. Exceções e limitações.....	225
1.5. Implementação e desafios futuros	226
1.6. Resumo.....	227
2. CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA (GUATEMALA, 2013 – DECRETO Nº 10.932/2022)	227
2.1. Contexto e necessidade	228
2.2. Objetivos e abrangência	230
2.3. Principais disposições.....	231
2.4. Implementação e monitoramento	237
2.5. Desafios e perspectivas futuras	239
3. CONVENÇÃO SOBRE O CRIME CIBERNÉTICO (DECRETO Nº 11.491/2023).....	240
3.1. Objetivos da convenção	243
3.2. Disposições importantes.....	245
3.3. Desafios e perspectivas.....	253
4. PROGRAMA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS (DECRETO ESTADUAL Nº 42.209, DE 15 DE SETEMBRO DE 1997)	253
4.1. Contexto e necessidade	254
4.2. Objetivos e abrangência	255
4.3. Principais disposições.....	256
4.3.1. Construção da democracia e promoção dos direitos humanos.....	256
4.3.2. Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	257
4.3.3. Direitos civis e políticos.....	259

4.4. Refugiados, Migrantes Estrangeiros e Brasileiros	262
4.4.1. Implementação e monitoramento de políticas de direitos humanos	262
REFERÊNCIAS.....	263

EIXO 7

1. LEGISLAÇÕES DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+	265
1.1. Lei Estadual nº 10.948 de 05 de novembro de 2001 e Decreto Estadual 55.589 de 17 de março de 2010.....	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	271

EIXO 8

1. DECRETO Nº 55.839, DE 18 DE MAIO DE 2010	273
2. LEI ESTADUAL Nº 14.187/2010 – DISPÕE SOBRE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS A SEREM APLICADAS PELA PRÁTICA DE ATOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	281
3. LEI FEDERAL Nº 13.874/2019 – DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA.....	297
3.1. Capítulo I – Disposições gerais	298
3.2. Capítulo II – Da declaração de direitos da liberdade econômica...	305
3.3. Capítulo III – Das garantias de livre iniciativa.....	313
3.4. Capítulo IV – Da análise de impacto regulatório	322
3.5. Capítulo V – Das alterações legislativas e disposições finais	323
BIBLIOGRAFIA.....	354
4. LEI Nº 17.431 DE 2021 do Estado de São Paulo	354
4.1. Análise da Lei nº 17.431 de 2021	355
4.1.1. Capítulo I – Disposições preliminares.....	355
4.1.2. Capítulo II – Das datas comemorativas	355
4.1.3. Capítulo III – Do combate à violência contra a mulher.....	363
4.1.3. Capítulo IV – Da política habitacional em prol da mulher.....	373
4.1.4. Capítulo V – Da saúde da mulher	374
4.1.5. Capítulo VI – Do combate à discriminação	392
4.1.6. Capítulo VII – Disposições finais	396